



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
Serviço de Licitação - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 8231/2023
Alessandra

Ofício nº XXX/2023 – SELIC/TCDF¹

Brasília/DF, ____ de _____ de 2023.

Prezado(a) Senhor(a),

Ao cumprimentá-lo(a), vimos solicitar a Vossa Senhoria o envio de proposta de preço para fins de assinatura dos seguintes boletins digitais: **1. Boletim Governet de Licitações e Contrato; 2. Boletim Governet de Orçamento e Finanças; 3. Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal; e 4. Boletim Governet de Convênios e Parcerias**, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as especificações e as qualificações apresentadas neste Instrumento, **mediante inexigibilidade de licitação. Cabe esclarecer que a proposta encaminhada anteriormente foi utilizada para fins de estimativa de preços, mas não contém todos os elementos formais para formalização do procedimento administrativo, razão pela qual encaminhamos o presente Ofício.**

2. Para que a Administração possa adjudicar a Vossa Senhoria o direito de execução do objeto supracitado, solicitamos a confirmação e a aceitação das condições estipuladas no presente Ofício.

3. Para isso, a **proposta** deverá contemplar as seguintes informações:

- a) ser entregue no Serviço de Licitação deste Tribunal, enviada para o e-mail selic@tc.df.gov.br ou via fax (61) 3314-2742, até o dia _____.**2023**, devidamente **assinada** pelo proponente, contendo a especificação clara do objeto;
- b) ter a validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos;
- c) apresentar declaração para comprovação da exclusividade do fornecimento;
- d) apresentar declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, se for o caso;

¹ **À GOVERNET EDITORA LTDA - CNPJ : 07.316.919/0001-38**

Rua Waldemar Kost, 2170 – Casa 11, Condomínio Eldorado II, CJ. RES.

Curitiba/PR - CEP: 81630-180

Contatos: (41) 3328 - 5524 / (61) 98352-8471

e-mail: atendimento@governet.com.br; cida.cida@governet.com.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 8231/2023
Alessandra

- e) confirmar o nº do CNPJ para obtenção, via internet, das CNDs (Fazendas Distrital e Federal, INSS e Justiça do Trabalho) e do Certificado de Regularidade do FGTS. Na impossibilidade de emissão de quaisquer certidões, fica o proponente instado a apresentá-las junto ao Serviço de Licitação, sob pena de suspensão da presente contratação; e
- f) fazer menção a este Ofício.
4. O preço cotado deverá incluir todos os tributos, taxas, embalagens, encargos sociais, fretes, seguro, assistência/suporte técnico durante período de garantia, se for o caso, e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto a ser fornecido.
5. Após atestação da Nota Fiscal, **o pagamento será processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis**, sendo necessária a apresentação da 1ª via da Nota de Empenho.

Para mais informações a respeito da contratação da assinatura do periódico poderá ser realizado junto à Coordenadoria de Biblioteca, Gestão da Informação e do Conhecimento - COBGI/TCDF, por meio do telefone (61) 3314-2274. Esclarecimento de dúvidas sobre o presente Ofício poderá ser realizado junto ao Serviço de Licitação (SELIC), por meio dos telefones (61) 3314-2742 e 3314-2202, no horário de 13h00 a 18h30.

Atenciosamente,

ASSINADO DIGITALMENTE

Chefe do Serviço de Licitação

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF**
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELICTCDF - SELIP/SELIC
Processo 8231/2023
Alessandra**OFÍCIO Nº XXX/2023 - SELIC****ANEXO I**

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	
TERMO DE REFERÊNCIA N.º 23/2023	
OBJETO	Contratação da empresa GOVERNET EDITORA LTDA. - por inexigibilidade de licitação – para disponibilizar periódicos digitais pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme interesse da Coordenadoria de Biblioteca, Gestão da Informação e do Conhecimento (Cobgi), para propiciar o atendimento às demandas informacionais dos usuários da Biblioteca Cyro dos Anjos.
PROCESSO	00600-00008231/2023-98
ESTIMATIVA	R\$ 35.020,00 (08.08.2023)
REGIME	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
FORMA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
ÁREA ADMINISTRATIVA Oswaldo Junqueira Vaz Júnior Darlan Lima Carneiro	TELEFONE: (61) 3314-2870 EMAIL: spc@tc.df.gov.br
EQUIPE REQUISITANTE Sílvia Regina Batista Mendonça Gilmar Pereira da Silva	TELEFONE: (61) 3314-2274 EMAIL: silviaregina@tc.df.gov.br



1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação da empresa GOVERNET EDITORA LTDA. – por inexigibilidade de licitação – para disponibilização de periódicos digitais pelo período de 12 (doze) meses, e prorrogável nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme interesse da Coordenadoria de Biblioteca, Gestão da Informação e do Conhecimento (COBGI), para propiciar pleno atendimento às demandas informacionais dos usuários da Biblioteca Cyro dos Anjos.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Disponibilização de serviços informacionais para atendimento ao público-alvo do TCDF, com o objetivo de acesso aos materiais bibliográficos de interesse desta Corte de Contas.

2.2. MOTIVAÇÃO

2.2.1. Razões de direito

2.2.1.1. Conforme estabelecido no art. 18, I, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, a Coordenadoria de Biblioteca, Gestão da Informação e do Conhecimento (COBGI) tem como competência promover o acesso e incentivar o uso e a geração da informação no âmbito do Tribunal.

2.2.1.2. De acordo com o art. 77, inciso X daquele Regulamento, é da competência dos ocupantes de cargos de natureza especial, de cargos em comissão e de funções de confiança de direção, chefia e supervisão, as atribuições inerentes ao papel gerencial e de caráter geral, atividades como: explicitar a necessidade, a motivação, os resultados a serem alcançados, a especificação técnica, as quantidades e o orçamento de contratação de bens e serviços pertinentes a sua área de atuação.

2.2.1.3. Além disso, segundo o art. 2º da Portaria TCDF nº 48, de 2018, que aprovou o Regulamento da Biblioteca Cyro dos Anjos, a Biblioteca tem por finalidade manter acessível a seus usuários o conjunto de conhecimentos e informações registradas nas obras que compõem seu acervo, bem como



fornecer-lhes meios e técnicas de pesquisa, reunião e descrição de documentos de qualquer natureza, destinados a seu aperfeiçoamento funcional e cultural.

2.2.1.4. Cabe ressaltar que a contratação se alinha ao objetivo 13 descrito no Planejamento Estratégico 2020-2023 do TCDF, que é “aprimorar a comunicação interna e a gestão do conhecimento” e que a presente contratação está prevista na proposta orçamentária de 2023.

2.2.2. Razões de fato

2.2.2.1. A demanda por informação em formato digital cresceu exponencialmente, não sendo possível manter o modelo tradicional de biblioteca que oferece somente publicações físicas ao usuário, e a disponibilização dos materiais digitais é uma necessidade latente e urgente dos servidores deste Tribunal. Desta forma, as plataformas digitais são soluções com potencial de atender às demandas dos usuários e de cumprir com as competências da COBGI ao permitir o acesso imediato às obras disponíveis a qualquer momento.

2.2.2.2. Com a virtualização do trabalho, a demanda por informação em formato digital cresceu exponencialmente, não sendo possível manter o modelo tradicional de biblioteca que oferece somente publicações físicas ao usuário, e a disponibilização dos materiais digitais é uma necessidade latente e urgente dos servidores deste Tribunal.

2.2.2.3. A Administração Pública tem sido cada mais exigida pela sociedade o que tem reforçado a necessidade e a importância de obter informações especializadas e atualizadas sobre qualquer tema voltado à administração pública.

2.2.2.4. As plataformas digitais são soluções rápidas às obras e/ou materiais de diversos assuntos permitindo, aos usuários, acesso aos conteúdos de forma imediata, atualizada e a qualquer tempo, de modo que a Administração Pública possa realizar seus processos em conformidade com a lei e de forma transparente e eficiente.

2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS



2.3.1. Manter o acervo da Biblioteca Cyro dos Anjos adequado às reais necessidades de informação do Tribunal.

2.3.2. Acesso tempestivo a informações, artigos, legislações anotadas, manuais e modelos técnicos produzidos por instituição renomada no campo da gestão pública.

2.4. DA RAZÃO DA ESCOLHA DESTA CONTRATAÇÃO

2.4.1. A **Governnet** aborda temas referentes à gestão pública: licitações, contratos administrativos, parcerias com o setor privado, servidores públicos (estatutários e celetistas), orçamento público, finanças públicas e gestão municipal. Além dessas áreas do direito administrativo, a Governnet também oferece suporte a questões que envolvam outros ramos do Direito, como direito ambiental, direito civil, direito constitucional, entre outros, desde que haja relação direta com a gestão pública. O corpo de profissionais da Governnet é especializado nos temas do direito administrativo e conta com vasta experiência profissional a respeito da administração pública. Desse modo, as orientações e os textos publicados nos boletins Governnet constituem material de produção intelectual singular.

2.4.2. Os produtos a serem contratados, Boletins da Governnet - A Revista do Administrador Público, são publicações digitais mensais, divididas nos grandes temas do direito administrativo, representando uma fonte contínua e atualizada de artigos técnicos pertinentes às áreas de atuação desta Corte, a saber:

2.4.2.1. **Boletim Governnet de Licitações e Contrato**: licitações, contratos administrativos e serviços e bens públicos.

2.4.2.2. **Boletim Governnet de Orçamento e Finanças**: leis orçamentárias, contabilidade pública, controle interno, controle externo e responsabilidade fiscal.

2.4.2.3. **Boletim Governnet de Administração Pública e Gestão Municipal**: direito administrativo, direito ambiental, controle externo, licitações, transferências e convênios, entre outro.

2.4.2.4. **Boletim Governnet de Convênios e Parcerias**: convênios e consórcios públicos, contratos de gestão, termos de parceria, tribunais de contas e terceiro setor.

2.4.3. Ocorre que a solução é exclusiva da empresa **Governnet**, sendo ela a única



detentora dos direitos autorais dos produtos disponibilizados na plataforma e com acesso completo banco de informações.

2.4.4. Sugere-se, portanto, sua contratação direta nos termos do contido no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, por inexigibilidade de licitação, considerando-se serviços técnicos profissionais especializados.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA²

3.1.1. O presente Termo de Referência visa à contratação da empresa GOVERNET EDITORA LTDA, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, **para acesso aos seguintes periódicos digitais:**

3.1.1.1. Boletim Governet de Licitações e Contrato.

3.1.1.2. Boletim Governet de Orçamento e Finanças.

3.1.1.3. Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal.

3.1.1.4. Boletim Governet de Convênios e Parcerias.

3.1.2. A formalização da contratação se dará por Termo de Contrato, sendo, na sequência, disponibilizado o acesso aos serviços por intermédio de um login e senha de acesso.

3.2. DA QUALIFICAÇÃO SINGULAR DA GOVERNET: A REVISTA DO ADMINISTRADOR PÚBLICO

3.2.1. A **Governet Editora** é uma referência em qualidade quando se trata de gestão pública e, através dessa plataforma, servidores e colaboradores têm acesso à produção exclusiva da Editora, que é resultado de 18 (dezoito) anos de trabalho desenvolvido no intuito de subsidiar a atuação dos gestores públicos.

3.2.2. Além de artigos exclusivos sobre os assuntos expostos **no item** 2.4.1, a assinatura dos Boletins Governet, na modalidade eletrônica oferece, ainda:

² O CONTRATANTE tem ciência de que os serviços contratados são exatamente aqueles previstos na Proposta e no Contrato, não estando previsto que CONTRATADA fará qualquer personalização ou adaptação de funcionalidades existentes, melhoria, recurso ou layout da plataforma.



3.2.2.1. Área do Cliente: área exclusiva no site (www.governet.com.br), na qual é possível formular dúvidas, alterar cadastro e senha (exceto quando Intranet), visualizar o histórico de textos lidos, acessar a versão on-line dos boletins, com downloads em PDF, e armazenar as respostas aos questionamentos já realizados.

3.2.2.2. Newsletter: envio semanal de e-mail contendo notícias sobre os principais acontecimentos relacionados à administração pública.

3.2.2.3. Dúvidas dos Assinantes: atendimento às dúvidas dos usuários referentes aos temas publicados nos boletins objeto da assinatura. Questões respondidas por profissionais especializados em administração pública, por escrito, no prazo de até 30 horas úteis.

3.2.2.4. Atendimento por chat online: resolução de questões pontuais que demandem atenção imediata.

3.2.2.5. Acesso ilimitado à obra digital “Anotações ao Pregão”, que traz comentários, doutrina e jurisprudência sobre a legislação federal do pregão.

4. MODELO DE PRESTAÇÃO E INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.1. DO MODELO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1.1. Na prestação do serviço, deverão ser observadas as especificações técnicas e os padrões de qualidade exigidos no presente Instrumento.

4.1.2. O serviço prestado dar-se-á sob o regime de empreitada global.

4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.2.1. Sem prejuízo do Título III (Dos Contratos Administrativos) da Lei nº 14.133/2021, o presente Instrumento, os demais anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes do Termo de Contrato.

4.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

4.2.3. O prazo de que trata o item 4.2.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no §1º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.



4.2.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do presente Instrumento.

4.3. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1. Os serviços serão prestados por disponibilização de acessos simultâneos e ilimitados à plataforma dos informativos periódicos na rede mundial de computadores para os usuários do Tribunal de Contas do Distrito Federal, por intermédio de login e senha a ser fornecido pela CONTRATADA.

5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

5.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1. Para a execução do ajuste, será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão da contratação e pela verificação de aderência dos serviços realizados e entregues aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela prestação e gestão dos recursos humanos necessários.

5.1.2. A execução dos serviços contratados pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

5.1.2.1. **FISCAL DO CONTRATO:** é o servidor ou a comissão designada pelo CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo dos serviços; e

5.1.2.2. **PREPOSTO:** representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

5.1.2.3. A CONTRATADA deverá indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados.

5.1.2.4. Para evitar que o CONTRATANTE fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.



5.1.2.5. É vedada a indicação de pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA para desempenharem a função de preposto.

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 5.2.1. Designar servidor ou comissão, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto;
- 5.2.2. Relacionar-se com a CONTRATADA somente por meio de pessoa por ela credenciada;
- 5.2.3. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento, no ato convocatório e demais anexos, exercendo a fiscalização contratual mediante a verificação da conformidade do objeto executado com as condições, quantidades e especificações estabelecidas;
- 5.2.4. Exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;
- 5.2.5. Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
- 5.2.6. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido;
- 5.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários pertinentes ao cumprimento contratual, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, por meio de seus empregados e representantes;
- 5.2.8. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos funcionários da CONTRATADA a suas dependências, para fins de cumprimento contratual;
- 5.2.9. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no presente Instrumento;
- 5.2.10. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, por descumprimento das obrigações assumidas.

5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 5.3.1. Responder, integralmente, pelos danos causados diretamente à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
Serviço de Licitação - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 8231/2023
Alessandra

Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do ajuste, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade devido a fiscalização ou o acompanhamento empreendido pelo CONTRATANTE;

5.3.2. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que, eventualmente, lhe sejam aplicadas, por meio de procedimentos administrativos decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.

5.3.3. Manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas no presente Instrumento;

5.3.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no quantitativo do objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

5.3.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do presente Instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços.

5.3.6. Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do ajuste, atinentes ao atendimento desta contratação;

5.3.7. Comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos trabalhos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do ajuste;

5.3.8. A CONTRATADA deverá manter um painel de disponibilidade do serviço, o qual apresentará um status, da situação do sistema;

5.3.9. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução das obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado;

5.3.10. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do ajuste;

5.3.11. Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o TCDF, sendo de exclusiva responsabilidade da



CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

5.3.12. Indicar profissional para, sem prejuízo de suas atividades, atuar como preposto da CONTRATADA perante o CONTRATANTE, a fim de facilitar a comunicação e o encaminhamento das demandas decorrentes da contratação;

5.3.13. Disponibilização de relatório mensal de acesso a plataforma, com informações dos produtos disponibilizados e acessados.

5.3.14. Ressarcir o CONTRATANTE por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração em razão da execução do contrato, em face do previsto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

5.3.15. Dar plena e fiel execução ao presente Instrumento de ajuste, respeitadas as cláusulas e condições estabelecidas.

5.4. **DA FISCALIZAÇÃO**

5.4.1. As disposições que tratam sobre a FISCALIZAÇÃO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo III (Minuta do Contrato).

5.5. **DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES**

5.5.1. Nos termos do art. 123, da Lei nº 14133/2021, demais solicitações de prorrogação de prazos, relativas a documentos emitidos pela Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio do TCDF, poderão ser prorrogados pelo Secretário de Licitação, Material e Patrimônio, nos termos da Lei.

5.5.2. As disposições que tratam sobre a VIGÊNCIA, PRAZOS E CONDIÇÕES constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo III (Minuta do Contrato).

5.6. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.6.1. As disposições que tratam sobre a RECEBIMENTO DO OBJETO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo III (Minuta do Contrato).

5.7. **DO PAGAMENTO**

5.7.1. As disposições que tratam sobre o PAGAMENTO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo III (Minuta do Contrato).



5.8. DO REAJUSTE DE PREÇOS

5.8.1. As disposições que tratam sobre o REAJUSTE DE PREÇOS constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo III (Minuta do Contrato).

5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.9.1. Não será exigida a garantia contratual prevista art. 96, caput, e §1º da Lei nº 14.133/2021.

5.10. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.10.1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA, será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

5.10.2. O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também pode ser utilizado para agilizar a comunicação entre as Partes.

6. ESTIMATIVA DE PREÇO

6.1. O valor total da contratação para a presente prestação dos serviços é de **R\$ 35.020,00 (trinta e cinco mil e vinte reais)**, conforme apresentado na planilha do Anexo II (Estimativa de Preços e Especificações Técnicas).

7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente Instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária dos produtos.

8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

8.1. O LICITANTE, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, poderá ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor estimado para a contratação, a saber: (art. 155, caput, da Lei nº 14.133/2021):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
Serviço de Licitação - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 8231/2023
Alessandra

8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame: multa de 12% (doze por cento);

8.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% (vinte por cento);

8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% (vinte por cento);

8.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

8.1.5. fraudar a licitação: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

8.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 15% (quinze por cento);

8.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 20% (vinte por cento);

8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: multa de 25% (vinte e cinco por cento).

8.2. Também poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Item anterior desta cláusula as seguintes **sanções**:

8.2.1. **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública** direta e indireta do Distrito Federal, por até 3 (três) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.1 ao 8.1.3 desta cláusula, quando não de justificar a imposição de penalidade mais grave; e

8.2.2. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** direta e indireta de todos os entes federativos, por no mínimo 3 (três) anos e até 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.4 ao 8.1.8 desta cláusula, e nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.1 ao 8.1.3 também desta cláusula, quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a do Item 8.2.2.

8.3. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, bem como da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente



do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.4. Para dar efetividade à aplicação à(s) multa(s) administrativa(s) prevista(s) no item 8.1, fica estabelecido que somente será aplicada quando o seu valor for maior ou igual a R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quanto for necessária além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades previstas nos itens **8.2.1 e 8.2.2**.

8.5. Na aplicação das sanções previstas neste item 8 serão observadas as disposições constantes nos arts. 156 a 163, da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Outras disposições que tratam sobre **SANÇÕES APLICÁVEIS** constam de **CLÁUSULA CONTRATUAL** do Anexo III (Minuta do Contrato).

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1.1. Sugere-se que seja adotada a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para fins de contratação de serviços contínuos – sem fornecimento de mão de obra exclusiva – de acesso à plataforma de periódicos, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos definidos neste Instrumento, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. A contratação é inexigível, uma vez que o objeto se destina à prestação de serviço contínuo que só pode ser fornecido pela empresa **GOVERNET EDITORA LTDA** mediante ao acesso exclusivo à plataforma de tecnologia da informação, contemplando material de publicação exclusivo da CONTRATADA, dentro do seu ramo de atuação, o que reforça a aplicação do enquadramento no art. 74, da mencionada Lei Nacional.

9.1.3. Em vista disso, fica descaracterizada a contratação de serviços comuns uma vez que o trabalho a ser desenvolvido tem por natureza atividade de cunho predominantemente particular e exclusivo realizado pela CONTRATADA, haja vista tratar-se de periódicos disponibilizados para os detentores dos acessos.

9.1.4. No valor apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação,



aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

9.2. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

9.2.1. Além dos requisitos de habilitação verificados por meio do SICAF, a PROPONENTE deverá apresentar documentação de habilitação complementar, imediatamente, após sua convocação, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

10. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. O presente Termo de Referência possui fundamento nos normativos abaixo relacionados e nos que vierem a substituí-los, desde que preservados os interesses da Administração e o seu direito de avaliação da conveniência e oportunidade:

- 10.1.1. Lei nº 14.133/2021;
- 10.1.2. Decreto Distrital nº 44.330/2023;
- 10.1.3. Resolução TCDF nº 273/2014;
- 10.1.4. Instrução TCDF nº 3/1997.

11. DOS ANEXOS

- 11.1. **ANEXO II** – ESTIMATIVA DE PREÇOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;
- 11.2. **ANEXO III** - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO.

12. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. São responsáveis pelo presente Termo de Referência a chefe da Coordenadoria de Biblioteca, Gestão da Informação e do Conhecimento (COBGI) e o Supervisor da Supervisão de Planejamento da Contratação (SPC).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 8231/2023
Alessandra

OFÍCIO Nº XXX/2023 - SELIC

ANEXO II - ESTIMATIVA DE PREÇOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	serviço	1	Fornecimento de acesso à plataforma da empresa GOVERNET EDITORA LTDA para disponibilizar a assinatura de dos Boletins Governet , pelo período de 12 (doze) meses: <ul style="list-style-type: none">• Boletim Governet de Licitações e Contrato• Boletim Governet de Orçamento e Finanças• Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal• Boletim Governet de Convênios e Parcerias: convênios e consórcios públicos, contratos de gestão, termos de parceria, tribunais de contas e terceiro setor.	35.020,00	35.020,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)					35.020,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 8231/2023
Alessandra

OFÍCIO Nº XXX/2023 - SELIC

ANEXO III - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO Nº __/2023 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS
DO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA
GOVERNET EDITORA LTDA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO
AOS “BOLETINS GOVERNET – A REVISTA
DO ADMINISTRADOR PÚBLICO”.
(PROCESSO Nº _____).**

Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado, na forma do seu Regimento Interno e Portaria - TCDF nº 15, de 06 de janeiro de 2023, artigo 1º, inciso XV, pelo seu _____, Sr. _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA** _____, com sede no _____, CNPJ nº _____, representada por seu _____, Sr(a) _____, RG nº _____, CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA** celebram o presente Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, com suas alterações subsequentes, bem como outras normas vigentes relacionadas com o seu objeto e de acordo as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa **GOVERNET EDITORA LTDA** para **fornecimento** de acesso aos Boletins Periódicos, com intuito de atender as necessidades do CONTRATANTE, de acordo com as especificações e condições previstas no Ofício nº __/20__-SELIC/TCDF, **seus Anexos**, e proposta da CONTRATADA.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Os serviços serão executados de forma indireta pelo regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência e execução deste contrato é de **12 (doze) meses, contados a partir de __/__/____**, prorrogável nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, caso haja interesse da Administração, desde que mantidas as condições exigidas na habilitação, sendo seu extrato publicado no Diário Oficial do DF, às expensas do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços solicitados deverão ser prestados no decorrer do período de 12 (doze) meses, com a disponibilização de acesso a plataforma por intermédio de *login* e senha fornecida pela CONTRATADA.

4.2. A disponibilização dos acessos à plataforma (logins e senha) deverá ocorrer em até 01 (um) dia útil, contado da data de assinatura do contrato.

4.3. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e imediatamente eventual atraso, paralisação ou alterações do sistema e da plataforma durante a prestação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.

4.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto ajustado.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor estabelecido na proposta de **R\$ 35.020,00 (trinta e cinco mil e vinte reais)** para um período de 12 (doze) meses de execução contratual, correspondendo aos seguintes valores unitários por Boletim, a saber:

5.1.1. Boletim de Orçamento e Finanças – R\$ 8.680,00 (oito mil, seiscentos e oitenta reais);

5.1.2. Boletim de Licitações e Contratos – R\$ 8.680,00 (oito mil, seiscentos e oitenta reais);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 8231/2023
Alessandra

5.1.3. Boletim de Convênios e Parceiras – R\$ 8.680,00 (oito mil, seiscentos e oitenta reais); e

5.1.4. Boletim de Administração Pública e Gestão Municipal – R\$ 8.980,00 (oito mil, novecentos e oitenta reais).

5.2 A despesa correrá à conta da dotação orçamentária do CONTRATANTE.

5.3 Todas as despesas com os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto deste contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Em conformidade com o §7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, os valores unitários dos Boletins referidos na cláusula quinta (item 5.1), poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, contados a partir da data do orçamento estimativo previsto no Termo de Referência nº 16/2023, observado o disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \left(\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right)$$

Em que:

R = valor do reajustamento;

V = valor do contrato;

I₁ = valor obtido a partir da fórmula constante do item 6.2;

I₀ = valor obtido a partir da fórmula constante do item 6.3;

6.2. Para cálculo de I₁, será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left(\frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

Em que:

I₁ = nº índice do mês anterior ao reajuste;

I_A = nº índice do IPCA do mês anterior ao reajuste;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 8231/2023
Alessandra

I_B = nº índice do IPCA do mês em que ocorrer o reajuste;

d_1 = nº de dias decorridos entre o início do mês do reajustamento e a data de aniversário do orçamento estimativo;

D_1 = nº de dias corridos do mês do reajustamento.

6.3. Para cálculo do I_0 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_0 = I_C + d_0 \cdot \left(\frac{I_D - I_C}{D_0} \right)$$

Em que:

I_0 = nº índice do IPCA do mês anterior ao do orçamento estimativo;

I_C = nº índice do IPCA do mês do orçamento estimativo;

I_D = nº índice do IPCA do mês da entrega da proposta;

d_0 = nº de dias decorridos entre o início do mês e a data do orçamento estimativo;

D_0 = nº de dias corridos do mês do orçamento estimativo.

6.4. Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último nº índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção dos cálculos e o respectivo faturamento complementar. Caberá à **CONTRATADA** efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com o correspondente Informativo.

6.5 A **CONTRATADA** poderá realizar a conferência da variação de preços apresentada pela **CONTRATANTE**.

6.6. Os reajustes de preços da presente contratação serão formalizados por Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, quando deverão ser formalizados por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas oriundas da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do CONTRATANTE, na natureza de despesa _____, classificação funcional-programática _____ e fonte de recursos _____.



CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, em especial:
- 8.1.1 Receber o objeto contratado nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA deste contrato;
- 8.1.2 Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, mediante Nota Fiscal devidamente atestada; e
- 8.1.3 Cumprir as obrigações estabelecidas no Ofício nº __/20__-SELIC/TCDF e seus Anexos.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, em especial:
- 9.1.1 Prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração;
- 9.1.2 Cumprir as obrigações estabelecidas no Ofício nº __/2023-SELIC/TCDF e seus Anexos, bem como na proposta apresentada;
- 9.1.3 Cumprir as orientações do fiscal/executor do contrato; e
- 9.1.4 Ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021, em razão da execução do contrato.
- 9.2 A CONTRATADA fica obrigada a manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações nele por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por comissão ou servidor do CONTRATANTE, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução DGA - TCDF nº 3, de 22/12/1997, devendo ser franqueado à CONTRATADA o livre acesso aos locais de



execução dos trabalhos, bem como aos registros e às informações sobre o contrato.

10.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

10.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do CONTRATANTE:

10.3.1 Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas.

10.4 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização do objeto deverão ser autorizadas pela autoridade competente do CONTRATANTE em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

11.1 Não foi exigida a garantia contratual prevista no artigo 96, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O objeto contratado será recebido da seguinte forma:

12.1.1 **PROVISORIAMENTE**, por servidor ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações; e

12.1.2 **DEFINITIVAMENTE**, mediante termo circunstanciado, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, após verificação da adequação do objeto aos termos contratuais, sendo observado o disposto no artigo 119 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 Em caso de conformidade, o servidor ou comissão autorizará o pagamento, emitindo o aceite definitivo do objeto, por meio de termo circunstanciado também assinado pelo representante da CONTRATADA, em 2 (duas) vias, o qual ficará com uma destas.

12.3 Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou comissão, acarretará o seu não recebimento definitivo. O servidor ou a comissão discriminará no termo circunstanciado, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o



recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis, previstas neste instrumento contratual.

12.4 À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

12.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo objeto contratado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

13.1 Ocorrendo o adimplemento da obrigação, a CONTRATADA protocolizará Nota Fiscal referente à prestação dos serviços, em que após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

13.2 Nos termos do Protocolo ICMS nº 42, de 03/07/2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (descritos no Anexo Único do referido Protocolo), deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/2005, de 30/09/2005, em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A; salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

13.3 Nos termos do art. 3º, §4º, da Portaria nº 403/2009 da então Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, com redação dada pela Portaria nº 259/2013, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, em substituição à Nota Fiscal modelo 3, aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

13.4 Para que seja efetivado o pagamento, deverá ser verificada previamente a regularidade da empresa perante as Fazendas do Distrito Federal e Nacional, a Caixa Econômica Federal (quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), e a Justiça do Trabalho (por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
Serviço de Licitação - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 8231/2023
Alessandra

é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as certidões apresentadas na habilitação estejam vencidas.

13.5 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento será susinado, ou suspenso, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias; não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus contra a CONTRATANTE.

13.6 Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 13.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

13.7 Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

13.8 Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso o serviço fornecido seja rejeitado pela fiscalização do contrato; circunstância em que deverá ser refeito pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização.

13.9 Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

14.1 A CONTRATADA, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, poderá ser responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor da contratação, a saber:

14.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato: multa de 11% (onze por cento);

14.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 15% (quinze por cento);

14.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato: multa de 20% (vinte por cento);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 8231/2023
Alessandra

14.1.4 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: 0,5% (cinco décimos por cento), por cada dia de atraso, sobre o valor do contrato, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre aquele valor;

14.1.5 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

14.1.6 - praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

14.1.7 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 15% (quinze por cento);

14.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: multa de 25% (vinte e cinco por cento).

14.1.9 - Nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, no valor de 0,5% (cinco décimos por cento), por cada dia de atraso, sobre o valor do contrato, não ultrapassando o limite de 9% (nove por cento) sobre aquele valor.

14.2. Também poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Item anterior desta cláusula as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência**, exclusivamente na hipótese da infração do Item 14.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei 14.133/2021);

14.2.2. **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública** direta e indireta do Distrito Federal, por até 3 (três) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 14.1.2 ao 14.1.4 desta cláusula, quando não de justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei 14.133/2021); e

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, por no mínimo 3 (três) anos e até 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 14.1.5 ao 14.1.8 desta cláusula, e nas hipóteses previstas nos Itens 14.1.2 ao 14.1.4 também desta cláusula, quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a do Item 14.2.2 (§5º do art. 156 da Lei 14.133/2021).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 8231/2023
Alessandra

14.3. A multa de inexecução total do contrato incidirá ainda nos casos em que a CONTRATADA, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar a rescisão contratual.

14.4. Para dar efetividade à aplicação à(s) multa(s) administrativa(s) prevista(s) no item 14.1, fica estabelecido que somente será aplicada quando o seu valor for maior ou igual a R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quanto for necessária além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades previstas nos itens 14.2.2 e 14.2.3.

14.4. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

14.5. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula serão observadas as disposições constantes nos arts. 157 a 163, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO

15.1 A extinção deste contrato se dará nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

15.2 No procedimento que visa à extinção do contrato será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.3 O exaurimento do valor contratual ou quando o valor remanescente for insuficiente para a execução do contrato acarretará na resolução contratual, sem qualquer penalidade para CONTRATANTE ou CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1 Nos casos de extinção previstos neste contrato, a Administração adotará as seguintes providências:

16.1.1 execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

16.1.2 retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 8231/2023
Alessandra

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO

18.1 O teor do Ofício nº __/2023-SELIC/TCDF, seus Anexos, e a proposta da CONTRATADA são partes integrantes deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal para dirimir eventuais controvérsias relativas ao cumprimento deste Contrato.

19.2 Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Instrumento Contratual, do qual se extraíram 2 (duas) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, ____ de _____ de 2023.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
